

EVIDÊNCIA EMPÍRICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO
DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA*

Eliseu Roberto de Andrade Alves

* Versão original: Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Rio de Janeiro. Técnicas e Métodos de Avaliação do Programa. Rio de Janeiro, 1962. (Manual de Avaliação, v. 2).

EVIDÊNCIA EMPÍRICA NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Eliseu Alves

A Avaliação do Programa é um aspecto da aplicação do método científico, que se caracteriza, como já foi dito, pelo exame e comprovação dos fatos. Daí se origina o problema da identificação desses fatos, nem sempre de fácil solução, em se tratando de trabalho com pessoas, como é o de Extensão Rural.

A febre é um sinal que indica algo de errado no funcionamento do corpo humano; certos defeitos do motor de um carro são descobertos pelo ruído que ocasionam; os alimentos deteriorados têm cheiro característico. Também os fatos relacionados com os Programas de Extensão - no caso, as mudanças que ocorrem no povo - são revelados através de sinais característicos que se denominam evidências. Várias "evidências" podem provar que uma demonstração sobre adubação química foi bem sucedida. A melhor delas seria, contudo, a adoção de práticas por todos os que a acompanharam. Há, porém, evidências que podem levar a acreditar, com bastante segurança, que a adoção ocorrerá: o entusiasmo do povo, o aumento da venda de adubo químico na região dos que estiveram presentes à demonstração, o interesse de vizinhos que não a assistiram em solicitar aos Extensionistas informações detalhadas sobre o assunto, etc. No caso de não se poder verificar diretamente a adoção da prática, deverão ser considerados esses outros "sinais".

O trabalho de Extensão Rural levará o povo, naturalmente, a uma série de mudanças. É necessário, todavia, que elas o-

corram na direção certa, prevista pelo Programa. Novos hábitos e atitudes, habilidades diferentes, acréscimo de conhecimentos, padrões de valor modificados, adoção de práticas melhoradas, etc., são exemplos de mudanças que ocorrerão como consequência de ação educativa. Cada uma dessas mudanças tem os seus sinais característicos. É verdade que a maioria deles é de difícil identificação, já que o comportamento humano é complexo e quase imprevisível. Mas, apesar disto, deverão ser identificados sempre que se desejar saber se foram atingidos os objetivos estabelecidos. Constituirão a prova do êxito ou do fracasso dos Extensionistas como educadores. Portanto, as evidências podem ser definidas como as provas da ocorrência ou não de determinado fato (no caso da Extensão Rural, a ocorrência, ou não, de mudança de comportamento no povo).

A. COMO AVALIAR

No volume I do Manual de Avaliação, foram examinados detalhadamente a conceituação e o processo de Avaliação do Programa Municipal de Extensão. Será agora apresentada uma classificação, devendo ressaltar-se que o método discutido no capítulo IV do volume I leva em consideração os dois aspectos focalizados a seguir.

1. Em termos de mudanças - Deseja-se conhecer os resultados dos esforços desenvolvidos pelos Extensionistas, como educadores, através das mudanças provocadas:
 - a) No povo - Os agricultores mudaram suas atitudes, adotaram novas práticas, passaram a apreciar a vida de maneira diferente, adquiriram novos conhecimentos? Fizeram alguma coisa (os sinais - as evidências) como resultado do esforço despendido em seu favor? Sua situação mudou desde que se iniciaram os trabalhos educativos?
 - b) Nos Extensionistas - Mudaram sua compreensão em relação aos problemas rurais? Estão acreditando mais

na Extensão como o método mais apropriado para educar o homem rural e aumentar sua produtividade? Adquiriram novos conhecimentos e habilidades?

2. Em termos de oportunidade - Quando fôr impossível ou muito difícil medir os resultados quanto às mudanças, poder-se-á fazê-lo em termos das oportunidades de aprendizagem proporcionadas ao povo. Assim, se nenhuma palestra, reunião, demonstração ou qualquer outro método foi usado para introduzir determinadas práticas de conservação de solo, não é lógico esperar-se que os agricultores adotem quaisquer dessas práticas.

B. SELEÇÃO DE MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO

Como resultado da execução do Programa, várias mudanças poderão ocorrer no povo. Em virtude de ser praticamente impossível abranger a tódas, um processo de seleção terá que ser adotado. Essa seleção implicará, também, a seleção das evidências que se relacionam com cada mudança.

Os seguintes pontos devem ser observados na seleção das mudanças:

1. Quais as mudanças que o povo teve oportunidade de efetuar?
 - Duas condições são necessárias para que o povo possa ter tido oportunidade de efetuar as mudanças planejadas:
 - a) É preciso que lhe tenham sido ministrados os ensinamentos necessários. Não se deve esperar que os cafeicultores aprendam a adubar corretamente os cafézais se nada foi feito neste sentido (nenhuma palestra, nenhum artigo de jornal, etc.).
 - b) Se a primeira condição foi verificada, é necessário ainda que o povo tenha tido a oportunidade de pôr em prática o que aprendeu. Vários fatores podem dificultar a adoção de uma prática: falta de recursos financeiros, época (os produtores de milho decidiram plantar milho

híbrido, mas só poderão fazê-lo na época do plantio), a complexidade da prática em si, etc. É necessário um clima favorável à mudança para que ela possa ocorrer.

2. Será fácil (ou possível) encontrar evidências para as mudanças que se quer avaliar? - As mudanças cujos sinais são tangíveis, como a adoção de uma prática, são muito mais fáceis de serem constatadas. Isto não sucede com as mudanças de hábitos, atitudes, conhecimentos e habilidades, cujos sinais quase sempre são intangíveis e devem ser observados por meios indiretos.
3. Qual a habilidade do pesquisador? - Quando se inicia o treinamento no campo da Avaliação, começa-se por medir as mudanças de mais fácil constatação e, a partir daí, as mais complexas, repetindo, assim, o processo de aprendizagem seguido na infância. Isso, evidentemente, limitará muito o número de mudanças a serem avaliadas quando os pesquisadores tiverem pequena experiência.

C. COMO LIMITAR O NÚMERO DE EVIDÊNCIAS

Se o número de evidências possíveis for pequeno, não há motivo para sua limitação. Se o objetivo de estudo for tal que apenas algumas evidências bastem para satisfazê-lo, todas aquelas necessárias deverão ser incluídas. Mas se o objetivo do estudo demandar uma lista alentada delas, e os recursos em tempo e dinheiro forem limitados, deverá adotar-se um processo qualquer de limitação. Três métodos poderão ser seguidos, neste caso:

1. Verificada a lista de evidências, pode acontecer, por exemplo, que, se quatro delas ocorrerem, as demais também ocorrerão. Neste caso, obviamente, as quatro serão selecionadas. Por exemplo: o agricultor que construiu, por si mesmo, o cordão em contorno em toda a sua lavoura de café deve ter:
 - a) aprendido a construir cordão em contorno (mudança de conhecimento e de habilidade).
 - b) adotado a prática (mudança de atitude e de técnica).

2. Se falhar o processo anterior, procura-se selecionar as evidências mais importantes, ou seja, aquelas que melhor indiquem as mudanças que se pretende.
3. Finalmente, pode-se recorrer a um processo de amostragem, se todas as evidências forem importantes e não houver algumas que se prestem ao método citado em 1).

D. QUANDO PESQUISAR AS EVIDÊNCIAS

Um grupo de agricultores assiste a uma demonstração sobre adubação de milho; um grupo de senhoras ouve uma palestra, seguida de exibição de filmes, sobre a água filtrada na conservação da saúde. Quando devemos medir os resultados desses trabalhos? Imediatamente após a sua execução, ou muito depois?

Quando se pretende avaliar o aumento de conhecimentos, é evidente que não se pode deixar passar muito tempo, porque o povo esquece rapidamente o que aprende. Por outro lado, se se tratar de adoção de práticas recomendadas, deve ser dada oportunidade aos assistentes de pensarem sobre o assunto e decidirem qual será a sua atitude. Também é necessário que haja um clima favorável à adoção.

Não existe uma regra fixa quanto ao tempo que se deve esperar para iniciar a Avaliação. Isto, como foi dito, depende do tipo de prática ensinada, do tipo de mudança de comportamento, etc. Só mesmo o estudo de cada caso particular poderá fornecer uma indicação mais segura.

E. SELEÇÃO DAS UNIDADES DE AFERIÇÃO DAS MUDANÇAS

Muitos tipos diferentes de unidades podem ser usados. Só mesmo o objetivo do estudo poderá indicar as mais aconselháveis. A adoção de práticas, por exemplo, pode ser medida usando-se como unidade:

1. número de famílias que adotaram a prática;
2. percentagem das famílias atingidas que adotaram a prática;
3. percentagem do objetivo atingido (em famílias).

F. DADOS DESCRITIVOS

As informações relacionadas com o objetivo do estudo serão úteis na análise dos dados. Usam-se os dados descritivos para os seguintes fins:

1. Classificação - Num questionário sobre imprensa e rádio, se estiver mencionado o tamanho das propriedades dos inquiridos, poderá ser estudada a sua influencia, quanto aos programas preferidos. O número de pessoas da família, o seu grau de instrução, a classificação das terras, o tamanho da propriedade, etc., são exemplos de dados descritivos que se prestam a vários tipos de classificação. É óbvio que os dados descritivos necessários deverão ser coletados em função dos objetivos do estudo. Caso contrário, muitos deles poderão ser supérfluos ou incompletos.
2. Comparação - O Anuário Estatístico do Brasil, por exemplo, adota uma classificação determinada - "standard", ou padrão - para o tamanho das propriedades. Se forem coletados os dados de tamanho da propriedade e adotada a mesma classificação, poder-se-á comparar, em certas situações, os resultados do estudo feito com os do Censo. Em outros casos, poderão ser comparados vários estudos entre si.
3. Estandarização - Não se deve esperar, por exemplo, que a atitude dos grandes proprietários seja idêntica à dos médios, em relação a determinados problemas. Em certas situações, portanto, são necessários dados que permitam classificar os agricultores em "grandes", "médios", e "pequenos". As famílias numerosas poderão ter atitudes diferentes das pequenas, por exemplo, em relação a um aumento de imposto.

BIBLIOGRAFIA

1. BYRN, Darcie et alii - Evaluation in Extension. FES, USDA, Washington, 1959.
2. YANG, Hsin-Pao - Fact-Finding with Rural People. FAO - Agricultural Development. Paper n° 52. 1957.
3. BEST, John - Research in Education. N. Y. Prentice Hall, Inc. Englewood - Cliffs.